

Reposição inflacionária anual

Sinagências requer que o STF imponha o índice de correção anual da remuneração dos servidores que representa com base no mesmo índice utilizado pelas estatísticas oficiais do governo, que é o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE.

Estado Regulador tem que ser forte

Sinagências repudia politização de cargos comissionados das Agências Reguladoras e reforça a necessidade da contratação de mais pessoal, via concurso público, e de autonomia administrativa e financeira das Agências.

CONSAG Extraordinário prepara Sinagências para as lutas em 2013



Durante os quatro primeiros dias de março, reguladores do país inteiro, reunidos em Brasília, discutiram a pauta geral e as pautas específicas de cada quadro e segmento da categoria. Momento também foi de definição sobre qual a melhor estratégia de luta e negociação com o governo para emplacar as pautas aprovadas.



Dilma reafirma necessidade de fortalecimento das Agências

Para a presidenta, as Agências devem ser profissionalizadas cada vez mais, reduzindo a interferência política. “O governo vai exigir um nível de composição bastante técnica”, disse ela. Em março, Dilma retirou de tramitação no Congresso Nacional projeto de lei que diminuía a autonomia dessas instituições.

Sumário

- 02 |** Editorial
- 03 |** CONSAG reformula Estatuto do Sinagências e define pauta de negociação e estratégias de luta
- 06 |** As agências serão necessariamente objeto de um fortalecimento, afirma Dilma
- 07 |** Sinagências ajuíza Mandado de Injunção no STF visando reposição inflacionária anual para os servidores das Agências Reguladoras
Sinagências é destaque na mídia
- 08 |** Entrevista
- 09 |** Opinião | Quem és tu, Regulador?
- 10 |** Caso da ANS: por um Estado Regulador forte
Curtas: Por Ricardo de Holanda

Editorial

O mês de março foi marcado por intensas atividades do Sinagências. Logo no início, os servidores se dedicaram ao CONSAG Extraordinário Estatutário.

É fato dizer que, sob o ponto de vista da discussão política, esse Congresso cumpriu seu papel. Democraticamente, por decisão da própria Plenária, optando por inverter a pauta, priorizou-se a discussão estatutária e o plano de lutas.

E o fizemos no momento certo. Se fôssemos esperar mais um pouco, algumas semanas a mais, o Consag poderia perder o foco do debate político em torno da negociação com o governo, da avaliação da greve, do porquê de não fecharmos acordo.

Além disso, o Congresso tinha como foco central o Estatuto. Como teremos eleições para o Sindicato no ano que vem, e essas mudanças vão implicar nesse processo eleitoral, foi importante discutirmos isso um ano antes.

Assim, destacamos na alteração do Estatuto a previsão de uma regra mais geral, mais aberta, para o processo eleitoral; a redução do número de diretorias; e o debate em torno da mensalidade sindical, entre outros pontos relevantes. Inclusive, o Sindicato terá que publicar balancetes periodicamente, a cada dois meses, na área restrita dos filiados. Isso significa mais transparência dos atos da diretoria.

Apesar de não ser possível aprofundar certos debates, vale destacar que o Consag, contando com 149 delegados - sendo 90 do quadro efetivo e 59 do quadro específico -, trazendo ideias, opiniões, transformou o evento em um espelho do que defende a categoria.

Em outra frente, o Sinagências empenhou-se muito neste mês nas questões jurídicas. Várias foram as ações impetradas pelo Sindicato em benefício dos servidores. Destaque para o ajuizamento de Mandado de Injunção no STF, tendo em vista a reposição inflacionária anual para os servidores das Agências Reguladoras.

Da mesma forma difundimos o mecanismo de Lista Tríplice proposto pela categoria para regulamentar o processo de escolha dos dirigentes das Agências Nacionais de Regulação.

Esses são apenas alguns poucos exemplos do que o Sindicato tem feito - e fará muito mais.

Como resultado, todo esse trabalho acabou por repercutir na mídia, nos veículos de comunicação. Em outras palavras, o Sinagências, a partir de suas ações, está se firmando como fonte primária de informação, o que reforça a certeza de que a sociedade que ouvir as opiniões do Sindicato - e não apenas a do governo -, por julgá-las pertinentes e acertadas no jogo democrático.

O ano está só começando e o Sinagências, revigorado, pronto para abrir espaços de luta, negociar e alcançar vitórias em 2013.

Expediente

Diretoria Executiva Nacional

João Maria Medeiros – Presidente
 Osvaldo Barbosa – 1º Vice-Presidente (licenciado)
 Gilmar Ferreira – 2º Vice-Presidente
 Mônica Beraldo – Secretária-Geral (licenciada)
 Elísio Ribeiro – 1º Secretário-Geral Adj. (licenciado)
 Marília Cunha – 2º Secretária-Geral Adjunta
 José Carlos de Castro – Diretor Financeiro
 José Airamir Padilha – Diretor Fin. Adj. (licenciado)
 José de Lima Dias – Diretor Administrativo
 Altemir Calazans – Diretor de Políticas
 Nei Jobson da Costa – Diretor Jurídico
 Márcia Pissolatti – Diretora Jurídica Adj. (licenciada)
 Ricardo de Holanda Melo – Diretor de Comunicação
 Eugênio Pereira – Diretor de Comunicação Adjunto
 Washington Luis – Dir. de Relações Institucionais
 Cláudia Nunes – Dir. de Rel. Institucionais Adjunta
 David Leão – Diretor de Organização
 Wellington Batista – Dir. de Organização Adjunto
 Geraldo Marques – Diretor de Formação Sindical
 Ademir Mota – Dir. de Formação Sindical Adjunto
 Naiton Alves – Dir. de Saúde e Seg. do Trabalho
 Raimundo Cunha – Dir. de Saúde e Seg. do Trab. Adjunto
 Stéfano Pereira – Dir. de Desenvolvimento Social
 Laura Masae – Diretor de Defesa dos Aposentados
 Carlos Pessoa – Dir. de Assuntos Profissionais
 Carla Martins – Diretor de Fomento à Pesquisa
 Leandro César – 1º Diretor Suplente
 Jairo Correia – 2º Diretor Suplente
 José Alves – 3º Diretor Suplente

Conselho Fiscal

Áurea Lino da Silva – Presidente
 Régis Marlo Martins – 1º Titular
 Samanta Augusta – 2º Titular
 José Maria da Costa – 3º Titular
 Jorge de Oliveira – 4º Titular
 Ruitier Elano de Oliveira – 1º Suplente
 Chico Passeata – 2º Suplente (in memoriam)
 Lucia Surita – 3º Suplente
 Miriam Aquino – 4º Suplente
 José Antônio Almeida – 5º Suplente

O Regulador

**JORNAL DO SINDICATO NACIONAL DOS
SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS
DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS**

Conselho Editorial

Coordenação: Ricardo Holanda e Eugênio Pereira
 Jornalista Responsável: André Barreto - MTB
 2539/DF
 Projeto Gráfico e Diagramação: Thaysa Torres
 Fotos: Arquivo SINAGÊNCIAS

Contato

Fone: (61) 3962-5000 Fax: 3962-5001
 Email: comunicacoes@sinagencias.org.br

CONSAG reformula Estatuto do Sinagências e define pauta de negociação e estratégias de luta

Entre os dias 1º e 4 de março, delegados sindicais do país inteiro se reuniram, em Brasília, para o CONSAG Extraordinário Estatutário do Sinagências. Ao todo, 149 delegados, sendo 90 do quadro efetivo e 59 do quadro específico, eleitos democraticamente em todos os Estados e no Distrito Federal, representando as Agências Reguladoras Federais (ARF) e o DNPM, debateram durante esses dias, além da reforma estatutária da entidade, a conjuntura nacional, sua interface com a negociação e greve ocorrida em 2012 e perspectivas do espaço de lutas, negociação e acordos com o Governo para o período de 2013 a 2015.

Na abertura dos trabalhos, o presidente da entidade, João Maria Medeiros de Oliveira, deu as boas-vindas aos delegados, ressaltando o momento vivido pela categoria.

“Este CONSAG é especial pois, além da questão estatutária, temos que discutir a pauta geral dos reguladores e as pautas



específicas de cada quadro e segmento da categoria. Vamos aqui definir qual a melhor estratégia de luta e negociação com o governo para emplacar as pautas aprovadas”, disse.

Convidado para a abertura, o presidente da Câmara Legislativa do DF, deputado Wasny de Roure (PT), disse que a regulação tem papel relevante para a sociedade e o sindicato é o guardião desse processo. “Parabenizo o Sinagências por

esse processo de construção permanente. É muito fácil jogar pedra, difícil é fazer a defesa do trabalho e dos trabalhadores, a transformação e a construção de um novo momento para a nossa sociedade. Presto meu tributo a vocês, delegados e delegadas do CONSAG”.

O diretor executivo da CUT Nacional Antônio Lisboa enfatizou que “para a Central Única dos Trabalhadores o Sinagências tem papel fundamental na representação de um segmento do setor público de suma importância na consolidação da democracia brasileira e no serviço público de qualidade prestado à sociedade”.

Participaram também da solenidade de abertura o representante do Governo do Distrito Federal, Pastor Daniel, assessor especial do Governador Agnelo Queiroz, e o dirigente da Fenasp, Giulio Cesare.

Jadir Dias Proença, coordenador do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG, vinculado à Casa Civil, fez uma exposição sobre a Regulação e Agências Reguladoras no Brasil.

Propostas

Os delegados trouxeram propostas de suas bases, as quais puderam expor,





defender e debater amplamente com a plenária, de forma que houve um extremo exercício da liberdade de expressão e da democracia.

Outro ponto a ser avaliado no Congresso foi a prestação de contas do Sindicato, referente a 2011. Mas, por encaminhamento do plenário, este tema foi postergado, apesar do presidente do Sinagências, na condução da mesa do CONSAG, informar ao plenário da necessidade de discussão do referido tema. Para os delegados, o mais importante era fechar os pontos de pauta de negociação e a reforma estatutária. Desse modo, tudo que não foi possível discutir ficou para um próximo encontro.

Reforma Estatutária

A reforma estatutária do Sindicato ocorreu durante todo o dia 4 de março, representando verdadeiro e completo debate democrático sobre estrutura sindical, formas de organização, direitos e deveres do filiado, direito a participação nas assembleias, processo eleitoral para a DEN e Conselho Fiscal, valor da mensalidade e criação do Fundo de Greve. O debate foi acalorado e muito construtivo, resultando em um Estatuto renovado e moderno para o Sinagências, que deve ser registrado nas próximas semanas e,

com isso, publicado no Portal do Sindicato na internet.

Valendo a partir da próxima gestão, ou seja, para a diretoria a ser eleita no próximo mandato (triênio 2014/2017), a reforma estatutária manteve o modelo presidencialista de gestão do Sindicato, mas com redução significativa do quadro de diretores. Dos atuais 30 cargos da DEN e 10 do Conselho Fiscal, ficaram apenas 19 e 6, respectivamente.

Sobre o percentual de 1% de contribuição dos filiados, foi deliberada a sua

manutenção, sendo que 10% desse montante serão remetidos para Fundo de Greve. Também foi deliberado um montante de reembolso ao filiado que se mantiver associado na associação da sua respectiva Agência / DNPM. Ainda foi aprovado o repasse de no mínimo 10% para as Secretarias Sindicais de cada estado.

Pauta de negociação

Sobre a remuneração e patamares almejados para os servidores de cargos de NS das ARF e DNPM foi aprovado e refe-



rendado pela plenária os níveis remuneratórios nos patamares dos Auditores da Receita Federal, tendo em vista a importância da atividade regulatória, especificidades e nível de conhecimento que os servidores dos cargos de nível superior das ARF têm que possuir para execução de seu trabalho.

Para os servidores de cargos de NI das ARF e DNPM deliberou-se e a plenária aprovou que a investidura no cargo de NI passará a ser buscada para que seja de nível superior. Quanto à questão remuneratória para estes, foi referendado a busca do percentual de correlação em 68% da remuneração dos cargos de NS.

A plenária votou e aprovou o Subsídio como formato remuneratório, desde que nos patamares das demais carreiras estratégicas.

Os delegados deliberaram que a estrutura da carreira seja na forma de Carreira Única, formada por apenas um Cargo de NS e apenas um Cargo de NI, com desenho transversal entre as ARF, com a junção das atribuições de gestão e finalísticas, porém foi descartada a denominação dos cargos que, pela proposta anterior, era de Regulador Federal e Técnico Regulador Federal. A denominação dos cargos ficará para o debate nas instâncias de negociação com o Governo.

Vale lembrar que a reforma da estrutura de quadros e cargos das ARF tomou mais força após aceno da AGU, em dezembro de 2012, na busca por desenho já enviado ao MPOG existente hoje na carreira da seguridade social e outras; desenho este também que já vem sendo costurado pelas entidades sindicais que representam servidores dos Ministérios, pela unificação de cargos de mesmo nível e na transversalidade da carreira em suas respectivas instâncias.

Negociação

Foi apresentada por servidores do Quadro Efetivo das ARF do Rio de Janeiro e do Distrito Federal a ideia da negociação setorial por quadros, momento em que a plenária apreciou as sugestões e aprovou que as negociações que vierem serão debatidas em momentos distintos.

Assim serão debatidas as questões do quadro efetivo; em outro momento as questões do quadro específico e em outro momento as questões dos quadros do DNPM, mas que em todas as reuniões haja sempre um ou mais observadores dos outros quadros para dirimir qualquer dúvida que vier a surgir.

Ao final, haverá uma mesa única, que consolidará todas as discussões ocorridas por quadro, que levará o tema para deliberação da categoria.

Estratégia das Negociações

Sobre o rito das negociações, a estratégia será tratada com os representa-

mentos patamares, além da correção das diferenças existentes hoje, dessa forma, corrigindo as desigualdades internas das agências e do DNPM.

Após este estágio, a luta é pela equiparação plena entre os cargos de mesmo nível, pois depende deste ajuste o trato do passo seguinte, que será a reforma da estrutura de cargos e carreiras das agências e do DNPM.

Além do espaço de negociação na SRT/MPOG, o Sindicato, em conjunto com as demais entidades sindicais e os fóruns das Associações de Brasília e do Rio, se reunirá com os presidentes e diretores gerais das Agências e do DNPM, com parlamentares na Câmara e no Senado, bem como buscará os partidos políticos para que estes possam entender com



tes a compor a mesa de negociação por quadro e outros servidores que puderem contribuir para o debate.

A negociação irá, em tese, tratar apenas de questões remuneratórias, quando será buscado puxar o máximo a remuneração dos hoje Especialistas em Regulação aos patamares dos Auditores da Receita Federal. A partir daí, lutar para que todo o restante receba reajustes nos

mais profundidade o papel das Agências Reguladoras numa sociedade democrática e, por consequência, a qualidade dos seus quadros de servidores, que prestam serviços relevantes à sociedade.

O objetivo é concluir este debate até final de maio próximo, de forma a fortalecer as posições e reivindicações da categoria que, apesar da forte greve de 2012, não fechou acordo com o governo.

As agências serão necessariamente objeto de um fortalecimento, afirma Dilma



A presidenta Dilma Rousseff disse, após o lançamento do Plano Nacional de Consumo e Cidadania, no dia 15 de março, que as agências reguladoras serão fortalecidas. Consideradas pela presidenta defensoras do consumidor, o lado mais frágil da relação de consumo, as agências devem ser profissionalizadas cada vez mais, reduzindo a interferência política. “O governo vai exigir um nível de composição bastante técnica”, disse ela.

No início do mês, a presidenta retirou de tramitação no Congresso o projeto de lei sobre as agências reguladoras, apresentado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diminuía a autonomia dessas instituições. “Quanto às agências, elas serão necessariamente objeto de um fortalecimento”, acrescentou.

Confira a íntegra do que disse a presidenta quando perguntada sobre o fortalecimento das agências reguladoras, em entrevista coletiva concedida após o anúncio das medidas de proteção ao consumidor.

Jornalista: A senhora falou em fortalecimento das agências reguladoras, mas não saem medidas específicas em relação a isso...

Presidenta: Olha, eu retirei o projeto de lei que estava no Congresso sobre agências reguladoras. Eu tenho hoje no governo um, eu diria para vocês uma ideia central. Eu acredito que o governo tem que cumprir prazos. Governo, para ser eficiente, tem que cumprir prazos.

Eu sou da época em que falar em prazo não era, diríamos assim, a prática usual dentro do serviço público. Muitas áreas cumprem prazos. Outras áreas não cumprem prazos. Nós queremos que haja um respeito a prazos. A agência, o órgão do governo, qualquer área pode negar, tem todo o direito de negar porque é o discernimento, mas vai negar sem levar uma quantidade imensa de tempo, vai negar, justificar, dar razões. Isso para todos.

Quanto às agências, elas serão necessariamente objeto de um fortalecimento. Nós precisamos das agências, porque elas, de uma certa forma, defendem o polo mais frágil da relação de consumo, que é o consumidor. Elas também têm outras funções além dessas. Essa defesa do polo mais frágil é fundamental que a agência seja profissionalizada, cada vez mais, que ela tenha menos interferência política... O governo vai exigir um nível de composição bastante técnica das agências.

Servidores das Agências Reguladoras integrarão o Observatório Nacional das Relações de Consumo

Sancionado no dia 15 de março, o Decreto nº 7.963 instituiu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania, que pretende transformar a proteção do consumidor em política de Estado, melhorando as relações de consumo em todas as suas dimensões - por meio da integração e articulações de políticas, programas e ações.

O Plano Nacional de Consumo e Cidadania será acompanhado e fiscalizado pela Câmara Nacional de Relações de Consumo, que tem como primeira missão criar, em 30 dias, uma lista de produtos essenciais ao consumidor. Qualquer problema verificado pelos consumidores em produtos incluídos nessa lista, desde que estejam na garantia, terá que ser solucionado imediatamente pelo fornecedor.

Observatório Nacional

Na primeira etapa do Plano, três instâncias técnicas vão formar um Observatório Nacional das Relações de Consumo, responsável pela execução das políticas.

O Comitê Técnico de Consumo e Regulação, responsável pela implementação de providências para reduzir os conflitos entre

serviços regulados - telecomunicações, energia elétrica, combustíveis, empresas aéreas, planos de saúde, entre outros - e os consumidores, será formado por representantes dos ministérios das Comunicações, das Minas e Energia, da Saúde, da Secretaria Nacional da Aviação, além de servidores das agências reguladoras Anatel, Aneel, ANS, ANP e do Banco Central.

O de Consumo e Turismo vai atuar para o aprimoramento dos serviços de atendimento aos turistas nacionais e estrangeiros, especialmente em grandes eventos. O terceiro comitê é o de Consumo e Pós-Venda, que terá função de melhorar os procedimentos de atendimento ao consumidor e criar indicadores de qualidade das relações de consumo.

O eixo regulação e fiscalização do Plano Nacional de Defesa do Consumidor inclui, entre outras, as seguintes políticas e ações:

I - instituição de avaliação de impacto regulatório sob a perspectiva dos direitos do consumidor;

II - promoção da inclusão, nos contratos de concessão de serviços públicos, de mecanismos de garantia dos direitos do consumidor;

III - ampliação e aperfeiçoamento dos pro-

cessos fiscalizatórios quanto à efetivação de direitos do consumidor;

IV - garantia de autodeterminação, privacidade, confidencialidade e segurança das informações e dados pessoais prestados ou coletados, inclusive por meio eletrônico;

V - garantia da efetividade da execução das multas; e

VI - implementação de outras medidas sancionatórias relativas à regulação de serviços.

O Observatório Nacional das Relações de Consumo deverá, preferencialmente, ser composto por cargos efetivos de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia, de Especialista em Regulação de Saúde Suplementar, e de Especialista em Regulação de Aviação Civil, integrantes das carreiras de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e de Analista em Tecnologia da Informação e de economista, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE.

A participação nas instâncias colegiadas instituídas no plano será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Sinagências ajuíza Mandado de Injunção no STF visando reposição inflacionária anual para os servidores das Agências Reguladoras

Há repercussão geral reconhecida em processo semelhante e eventual julgamento favorável ajudará a compor entendimento do STF sobre o tema

O Sinagências ingressou, em outubro de 2012, como Assistente no Recurso Extraordinário (RE) nº 565.089, no Supremo Tribunal Federal (STF), em que se discute o direito dos servidores públicos à indenização ante a inobservância da cláusula de reposição anual do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores públicos, prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.



De qualquer forma, o Sindicato acaba de ingressar com Mandado de Injunção na Corte Suprema com o mesmo assunto, visto que já existe lei que trata da matéria, porém sem edição anual

dos índices de correção da remuneração dos servidores públicos, estando, assim, o governo em flagrante descumprimento por omissão desse preceito constitucional.

Assim, o Sinagências requer que o STF imponha o índice de correção anual da remuneração dos servidores que representa, fazendo valer o disposto na Constituição Federal, com base no mesmo índice utilizado pelas estatísticas oficiais do governo, que é o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE.

Diferente do Recurso Extraordinário no qual o Sindicato ingressou como Assistente, o Mandado de Injunção interposto terá decisão que, se favorável, abrangerá todos os filiados ao Sinagências, impondo as recomposições inflacionárias anuais na forma solicitada (com base no IPCA anual) ou na forma concedida pelo STF.

Sinagências é destaque na mídia

Um dos grandes desafios de toda entidade de classe é fazer o sindicato ‘aparecer’ na mídia, em consequência, aparecer para a sociedade, expondo o ponto de vista dos trabalhadores sobre diversos assuntos, principalmente aqueles que dizem respeito diretamente às suas carreiras e instituições.



Com o Sinagências não é diferente e furar o bloqueio (muitas vezes intencional) da mídia tradicional não é tarefa fácil.

“A comunicação sindical é uma das mais fortes ferramentas que temos a nosso favor, é um instrumento de luta. Portanto, buscar comunicar-se bem é fun-

damental para as entidades sindicais no exercício de seu principal papel: defender os interesses da categoria e sociedade. Esse é o objetivo maior do trabalho de comunicação desenvolvido pelo Sinagências”, avaliou o diretor de Comunicações do Sinagências, Ricardo Holanda.

Para Ricardo Holanda, promover a sinergia com a sociedade é fundamental na ação sindical. “Devemos sempre pensar de forma coletiva e não individualizada”, completou.

Graças a um trabalho de comunicação mais efetivo, dinâmico e profissionalizado, o Sinagências vem ganhando espaço e se tornando referência para dialogar, via mídia, com a sociedade.

Em março, o Sinagências figurou nos principais veículos de comunicação, especialmente os impressos. Da Folha de São Paulo, passando por jornais de Brasília, até o jornal O Globo.

O sindicato também tem difundido o mecanismo de Lista Tríplice proposto pela categoria para regulamentar o processo de escolha dos dirigentes das Agências Nacionais de Regulação, assim como abordado a retirada de tramitação no Con-

gresso do projeto de lei que criava uma Lei Geral das ANRs, entre outros assuntos de grande relevância para a categoria.

“A comunicação é a grande arma do sindicalismo. Por isso, precisamos saber nos comunicar bem. Precisamos ir além dos boletins e planejar estrategicamente nossa comunicação e é o que estamos fazendo, esperamos poder criar um meio de chegar até o servidor, em cada local de trabalho, em cada gerência / departamento”, enfatizou Ricardo Holanda.

Segundo ele, além de planejar a comunicação, “devemos ter em mente que não basta apenas aparecer na mídia, é preciso trabalhar a respeitabilidade da entidade perante a sociedade e servidores. É preciso melhorar e criar novas formas, e vamos avançar mais! Aproveito a oportunidade para convidar todos os jornalistas (servidores das agências reguladoras) e servidores que gostam de escrever artigos / matérias, para se unirem e trabalhar com a gente em prol da categoria. Participe dessa luta, participe do seu futuro, a comunicação do sindicato é de todos”, enfatizou.

Entrevista

O Regulador, nesta edição de março, conversou com o Técnico em Regulação de Transportes Terrestres (ANTT), desde 2009, Leonardo Guerra. O servidor, de 30 anos, atuou no movimento estudantil e agora se dedica à luta sindical pela defesa da carreira.

Leonardo enxerga as Agências reguladoras como mecanismos fundamentais no modelo socioeconômico vigente. Seu fortalecimento é fator fundamental para garantia do perfeito equilíbrio na relação entre Estado – Setor Privado – Sociedade. Confira:

O Regulador - Os servidores mais jovens - não apenas das Agências Reguladoras -, de uma forma geral, não estão muito atentos às atividades do movimento sindical como um todo. A que você credita isso?

Infelizmente este tem sido um fenômeno observado nas últimas décadas em toda a classe de trabalhadores, tanto no serviço público quanto no setor privado. Há pouco tempo estive analisando algumas estatísticas do IBGE acerca do tema e percebi dados curiosos como, por exemplo, que as principais motivações informadas pelos trabalhadores para sua filiação sindical eram, respectivamente, acesso à assessoria jurídica e assistência médica. A participação política era apenas o 4º lugar no ranking de motivações. Ora, acredito este ser um claro indicativo de que, hoje, grande parte dos trabalhadores brasileiros não compreende o real sentido do movimento sindical. Os mais antigos, que lutaram contra o regime antidemocrático e a favor dos direitos e liberdades sociais, provavelmente têm gravado na memória a importância da representatividade sindical para as conquistas trabalhistas.

Já os trabalhadores (incluindo os servidores públicos) mais jovens que, de certa forma, encontraram um cenário mais confortável nas relações de trabalho, deixaram de dar a devida atenção à causa sindical e não perceberam o quanto a sua partici-

pação nos organismos de luta coletivos é importante. Quando tratamos especificamente dos servidores das Agências reguladoras, adicionamos a esta equação o fato da imaturidade relativa das carreiras da regulação. Temos muitos exemplos de servidores que, ao ingressarem nas ARs, possuíam um mínimo conhecimento acerca seu funcionamento e importância. Muitos veem seu emprego apenas como um estágio transitório, enquanto se preparam para ingressar nas carreiras mais “conceituadas” como, por exemplo, Receita e BACEN. Isto dificulta a criação de uma identidade própria e a valorização da nossa carreira, peças fundamentais para a formação de uma consciência sindical plena.

O Regulador - Por que você se envolveu na questão sindical?

Por me sentir incomodado, aliás, extremamente incomodado com o conformismo de muitos colegas perante as injustiças e a letargia da administração pública. Parto do pressuposto que não podemos esperar que alguém resolva nossos problemas ou lute por nós. Temos, como servidores com responsabilidades sociais, a obrigação de acionar todos os mecanismos que possibilitem a melhoria das nossas condições de trabalho, do nosso bem estar e dos meios necessários à prestação de um serviço eficiente, adequado e satisfatório.

O Regulador - Valeu a pena ter participado do CONSAG?

Com certeza! Voltei deste CONSAG com uma bagagem política e sociocultural muito maior, além da sensação de ter participado e contribuído com o processo de construção da nossa carreira. Espero poder participar de outros CONSAGs no futuro e que mais e mais colegas tenham o mesmo interesse.

O Regulador - Que experiências e impressões você trouxe desse Congresso em Brasília? Acrescentou algo?

Mais do que boas experiências, eu tive neste CONSAG ótimas lições sobre a democracia de fato. Antes, durante e principalmente após a greve de 2012, vários

colegas levantaram a bandeira da fragmentação da nossa carreira, presumindo favorecimentos a determinados grupos e etc... Este CONSAG me provou exatamente o contrário. Provou que, independentemente do cargo, agência ou carreira, aqueles que se interessam pela construção de uma identidade sólida da regulação federal e que prezam em zelar pela qualidade dos serviços prestados à sociedade estão totalmente dispostos a caminhar coletivamente em prol da carreira. Por ter entrado na luta sindical há pouco tempo, obviamente, eu possuía moderadas expectativas com relação aceitação (ou mesmo a atenção) que os mais experientes dariam às minhas contribuições. Expectativas estas superadas em demasia. Daqueles que eu esperava ao menos respeito, eu tive a atenção e o apoio. Daqueles que eu esperava conflito, eu tive um debates extremamente construtivos e amizade.

Quando pessoas conscientizadas, compromissadas e abertas se reúnem para debater o que quer que seja, todos saem ganhando. O CONSAG foi uma prova clara disso. É extremamente importante que os servidores mais jovens, participem destes debates para que possam acabar com seus receios ou preconceitos e, principalmente, para que possam ensinar e aprender com aqueles que estão nesta estrada há tempos. Todos só têm a ganhar.

O Regulador - O que você diria aos servidores que não enxergam no sindicalismo (no sindicato) uma forma de lutar por melhores condições de trabalho e salário?

A estes, primeiramente, eu diria uma célebre frase do historiador e defensor da classe trabalhadora, Arnold Toynbee: “O maior castigo para aqueles que não se interessam por política, é que serão governados pelos que se interessam.”

A priori esta frase pode parecer um tanto quanto deslocada e até pejorativa quando tratada dentro de uma esfera sindical, porém ela é a mais pura realidade se pensarmos que, quando inseridos dentro de um grupo, comunidade e/ou sociedade, precisamos sempre dialogar e compreen-

der a realidade do outro. Cada indivíduo possui anseios e prioridades próprias que, muitas vezes, podem não fazer parte do imaginário do seu companheiro.

Como exemplo cito uma experiência que tive neste último CONSAG, conversando com um colega da ANCINE. Ao relatar os problemas que os servidores ANTT têm em função da falta de segurança, percebi a sua expressão de surpresa, como se aquilo estivesse muito distante da sua realidade. Portanto, como poderia eu deixar de participar do movimento sindical e, desta forma, deixar de externar meus problemas, opiniões e reflexões, esperando que outro lute pelos meus pleitos, sendo que talvez este nem os conheça (meus pleitos) por completo. Numa situação fictícia onde aquele colega ANCINE estivesse me representando na luta sindical e eu simplesmente optasse por não participar nem expor o que foi relatado anteriormente, como poderia ele defender todos os meus interesses?

Mesmo nas questões mais comuns e consensuais dentro de uma pauta de reivindicações existem sempre pequenos detalhes que provocam opiniões divergentes, logo é imprescindível a participação do maior número possível dos agentes envolvidos para que todos os pontos de vista sejam considerados. Fugir deste debate é abrir mão do regime democrático que, por séculos, lutamos para conquistar.

Outro ponto importante é que quando um servidor opta por não contribuir nem participar das decisões do sindicato, acaba por enfraquecer umas das partes naquele conflito de interesses, justamente a parte que lhe representa. Um sindicato enfraquecido significa uma carreira com menor poder de negociação.

O preço que se paga por abrir mão da luta sindical é simplesmente renunciar a sua representatividade como trabalhador, colocando sobre os ombros de terceiros as suas responsabilidades e seus anseios. Para além, é criar obstáculos ainda maiores para obter suas próprias conquistas. Este é um preço muito alto e que, acredito, não vale a pena pagar.

Opinião

Quem és tu, Regulador?

(*) Leonardo Guerra

Neste CONSAG 2013 tivemos uma excelente exposição do palestrante Pedro Armengol - dirigente da CUT e militante sindical de longa data - sobre as conjecturas e perspectivas para o processo de negociação sindical com a SRT neste e nos próximos anos. Dentre diversas análises e pontuações, Armengol enalteceu a importância da capacidade de mobilização da base frente à aparente resistência que este governo tem demonstrado com seus servidores "no que se refere à questão das demandas trabalhistas"; como diria nossa presidenta. Entendo que este poder de mobilização pressupõe a construção de uma unidade de classe, ou seja, de uma solidificação da identidade da Carreira da Regulação (no caso das Agências) que possibilite edificar os nossos pleitos de forma ampla, coerente e fundamentada. Para tanto é imprescindível, primeiramente, que façamo-nos a seguinte pergunta: Quem és tu, Regulador?

Será que já nos perguntamos qual é a carreira que pretendemos construir? Aliás, será que é possível despendermos um pouco do nosso tempo para refletir se o nosso ideal de carreira coincide com o do colega que senta ao nosso lado? Quais seriam suas perspectivas, frustrações e sua concepção sobre a regulação? Estas são indagações que devem ser respondidas se quisermos descobrir qual o perfil do Regulador Federal. Pois, apesar da similaridade nas formas de atuação das agências e dos objetivos em comum, não podemos desprezar o fato de que existem peculiaridades distintas de acordo com os cargos e Agência em questão. Porém, tais distinções devem ser compreendidas e assimiladas para que seja possível consensuar (neologismo válido) a estrutura de carreira pretendida.

Observo que quando uso o termo "Regulador Federal" não me refiro apenas à pretensão da criação de uma carreira única e formalizada no Diário Oficial, mas sim de todo o conjunto de servidores (Agências/DNPM) conscien-



tes da importância do seu trabalho e da necessidade de manter uma postura uniforme ao assumir suas responsabilidades perante a sociedade.

Alguns companheiros já me disseram que "se o intuito é criar uma carreira única e sólida, devemos focar nos pontos em comum, é lógico!" De fato são as convergências (e no nosso caso são muitas) que servem como base para formatarmos uma ideia ímpar a qual sirva de campo magnético àqueles que pretendem seguir adiante na Regulação. E para isso devemos utilizar ferramentas funcionais, como pesquisas qualitativas e quantitativas, além da aproximação entre os servidores e suas entidades representativas (sindicatos, associações, etc.) com intuito de colher o máximo de informações possível a respeito deste indivíduo, regulador, que desempenha um papel tão importante para a sociedade. Muito além da pura e simples conceituação ideológica, a construção da nossa carreira deve se basear nas experiências pragmáticas da atividade regulatória.

O fortalecimento da regulação e dos reguladores somente pode ser alcançado se estivermos dispostos a compreender o contexto de todos os agentes inseridos neste processo. Esta compreensão depende da nossa predisposição em aproximar-se do outro, em ajudar a resolver os problemas "que não nos dizem respeito" e, por fim, assimilar a ideia de coletivo ao invés de indivíduo. Assim, talvez, nossa resposta seja mais convincente quando alguém nos perguntar: Quem és tu, Regulador?

(*) Técnico em Regulação da ANTT

Caso da ANS: por um Estado Regulador forte

Sinagências repudia politização de cargos comissionados das Agências Reguladoras e reforça a necessidade da contratação de mais pessoal, via concurso público, e de autonomia administrativa e financeira das Agências

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS tem sido alvo de inúmeras notícias veiculadas na mídia, dando ênfase à lentidão da Agência no que diz respeito ao julgamento e posterior punição às operadoras de planos de saúde acusadas de irregularidades contra seus clientes. As notícias também dão conta do que chamam de “porta giratória”, ou seja, cargos comissionados são ocupados por ex-funcionários de operadoras que voltam para as empresas quando deixam a Agência.

Fazer a “porta girar” é inverter a ordem, é abrir uma janela para incentivar o conflito de interesses econômicos e técnicos, além de atacar e enfraquecer o Estado Regulador, deixando a mercê todos os cidadãos que são humilhados quando necessitam utilizar serviços essenciais à vida, como plano de saúde.

Sobre o assunto, o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação - Sinagências sempre foi enfático ao criticar nomeações feitas a partir de critérios meramente ideológicos e afinidades pessoais ou políticas, sem qualquer atenção com a qualificação técnica profissional e ética do cidadão nomeado, além da necessária equidistância com o setor regulado com vistas a evitar captura da regulação estatal.

Há anos o Sinagências vem denunciando esta prática que, ao final, reflete na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Sem falar no constrangimento que causa aos servidores concursados do quadro permanente da Agência, pois quem está de fora não

consegue separar quem é quem, pois a instituição é uma só.

Cumprir esclarecer que os trabalhadores da Regulação Federal agem em busca da verdade, sem interferências externas, servilismos, submissões políticas, supervisões orgânicas, interesses e métodos escusos, com autonomia e independência funcional, transparência e lisura. São esses alicerces que protegem os direitos dos cidadãos dos abusos e infrações à regulação federal e à má qualidade de serviços e atendimento das empresas.

Se as reclamações do povo brasileiro são frequentes e cíclicas, fica patente que um quadro de pessoal sólido nas Agências Reguladoras é necessário para eliminar o conflito de interesses e manter em equilíbrio o tripé da regulação (interesses do Governo, do Mercado e da Sociedade), especialmente por meio de uma fiscalização robusta do que é regulamentado.

Como não poderia ser diferente, o Sinagências repudia veementemente a politização de cargos comissionados das Agências Reguladoras e reforça a necessidade da contratação de mais pessoal, via concurso público, e de autonomia administrativa e financeira das Agências. Inclusive, o Sindicato defende que a escolha de parte do colegiado dirigente das Agências se baseie em lista tripartite formada por meio de procedimento pré-ordenado, transparente, critérios objetivos e técnicos e composta por servidores do Quadro de Pessoal Permanente da Agência.

CURTAS:

Por Ricardo Holanda, Diretor de Comunicações do Sinagências

De olho nela

A inflação medida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, de julho de 2008 a fevereiro de 2013 está acumulada em 25,62%

Ações de marketing político

O Governo de plantão divulgou duas ações midiáticas sem resultados objetivos: criou um observatório das relações de consumo e aprovou uma PEC para dirigente de Agência Reguladora prestar contas das atividades regulatórias ao Congresso Nacional.

Povo cansado

O povo está cansado de ações de marketing, de órgãos e gestores observadores. Não basta ficar observando, o cenário caótico não é uma paisagem, a sociedade quer solução e proatividade.

Sangria desatada I

De 2005 até 2013 aproximadamente 1.000 servidores saíram das agências reguladoras e DNPM.

Sangria desatada II

Tudo indica que é pela falta de investimento por parte do governo nas agências reguladoras, pelo não reconhecimento da atividade de regulação e fiscalização como estratégica para o Estado e, sem dúvidas, em função da defasagem salarial em relação às outras carreiras consideradas de Estado, como a Receita Federal, Banco Central, CGU, TCU, CVM, Susep.

Desorientações normativas

As famigeradas DESorientações Normativas do Ministério do Planejamento são metralhadoras que atiram contra os direitos dos trabalhadores federais. No total são seis que “legisla mais que as leis”, sempre para cortar direitos. A mais nova é a ON nº 06/MPOG, que suspendeu adicional de periculosidade para os Agentes de Fiscalização da Anatel.

Além da perda, novos gastos

Para reverter a situação, os sindicalizados recorrem ao Poder Judiciário para reaver o valor perdido e anular a desorientação normativa.

Vale-coxinha

Enquanto o vale alimentação do Poder Executivo é de R\$ 376,00, os brasileiros gastam, em média, R\$ 27,40 para almoçar nas grandes cidades, aponta pesquisa divulgada no dia 2 de abril de 2013, pela Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador (Assert). Com contribuição do servidor Marco Perin (Anatel/SP) e reportagem do G1 - Economia.

Queda na produção industrial

A produção industrial brasileira recuou 2,5% em fevereiro, afetada pela queda dos bens de consumo, no pior resultado mensal em pouco mais de quatro anos, mostrando as dificuldades para a recuperação da atividade econômica do país. O resultado é o pior desde dezembro de 2008, auge da crise global, quando a produção industrial recuou 12,2%.